



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

EDITAL PR/AL Nº 20/2020, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2020 DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES e PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/SANTANA DO IPANEMA PARA A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

O COORDENADOR DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 378, de 9 de agosto de 2010, e suas alterações (Portarias PGR/MPU Nºs 576, de 12 de novembro de 2010; 155, de 30 de março de 2011; 539, de 04 de outubro de 2011, 08, de 3 de fevereiro de 2016 e 46, de 18 de maio de 2017), torna público o seguinte:

1. A Comissão Examinadora, apreciando os recursos interpostos por alguns candidatos contra o gabarito oficial da prova objetiva, decidiu:

1.1 NEGAR PROVIMENTO aos seguintes recursos interpostos:

NÚMERO DO RECURSO	INSCRIÇÃO DO CANDIDATO	QUESTÃO - DISCIPLINA
R.1-Direito	22 – PRM-ARAPIRACA	4 – Direito Administrativo
R.3-Direito	60 – PR/AL	2 – Língua Portuguesa
R.6-Direito	147 – PR/AL	4 – Direito Penal

1.2 PROVER os seguintes recursos interpostos:

NÚMERO DO RECURSO	INSCRIÇÃO DO CANDIDATO	QUESTÃO - DISCIPLINA
R.2-Direito	60 – PR/AL	2 – Direito Administrativo
R.4-Direito	33 – PR/AL	2 – Direito Administrativo
R.5-Direito	33 – PR/AL	1 – Direito Processual Penal

2. Como consequência da decisão supra, deliberou a Comissão Examinadora por:

2.1 Manter o gabarito preliminar das questões de nº 04 (Direito Administrativo), nº 02 (Língua Portuguesa), nº 04 (Direito Penal).

2.2 **Anular** a questão de nº 02 de Direito Administrativo e nº 01 de Direito Processual Penal, atribuindo-se a pontuação decorrente a todos os candidatos.

2.3 Divulgar o gabarito definitivo na forma do ANEXO I.

3. O inteiro teor do julgamento dos recursos poderá ser solicitado pelo e-mail pral-estagio@mf.mp.br

4. Diante da deliberação acima e de acordo com o disposto no item VII, 2.1, do Edital PR/AL nº 14, de 26/10/2020, estão convocados para a prova subjetiva (presencial) os candidatos relacionados no ANEXO II deste Edital.

5. A aplicação da prova subjetiva será realizada no dia 13/11/2020 (sexta-feira), no horário das 15h00 às 16h30 (horário local), no local abaixo:

OPÇÃO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DA PROVA	ENDEREÇO
Procuradoria da República em Alagoas/União dos Palmares (Maceió)	IFAL (Instituto Federal de Alagoas) - Campus Maceió	R. Mizael Domingues, nº 75, Poço, Maceió/AL.
Procuradoria da República no Município de Arapiraca/Santana do Ipanema (Arapiraca)	Procuradoria da República no Município de Arapiraca/Santana do Ipanema	R. José Jaílson Nunes, nº 390 Santa Edwiges (Caititus), Arapiraca/AL.

5.1 O acesso dos candidatos ao local de realização da prova somente será liberado à partir das 13h30 (treze horas e trinta minutos) até 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), sendo os portões fechados impreterivelmente às 14h30 ((quatorze horas e trinta minutos).

5.2 Não será permitido o acesso de candidatos à sala de prova após o horário fixado para o início do certame.

6. O acesso ao local da prova subjetiva, dar-se-á mediante a leitura da temperatura corporal com termômetro digital de testa e à descontaminação das mãos, sendo que as pessoas com temperatura corporal igual ou superior a 37,5°C ou com a presença de sintomas respiratórios gripais visíveis (tosse, dor de garganta, espirros e coriza) serão orientadas a buscar atendimento médico e não terão seu acesso franqueado ao local de prova

6.1. É obrigatória a utilização de máscara de proteção facial nas dependências do local da prova. Não será permitida a entrada ou a permanência de quaisquer pessoas que não estejam utilizando máscara de proteção facial.

7. O candidato somente poderá realizar a prova na cidade para a qual estiver concorrendo à vaga de estágio.

8. O candidato deverá estar munido de caneta esferográfica azul ou preta e carteira de identidade ou outro documento oficial original que contenha fotografia.

8.1. Serão considerados como documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional

de habilitação (modelo com foto).

8.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original com foto, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial.

9. A prova subjetiva terá duração de 1h30 (uma hora e trinta minutos) não sendo disponibilizado tempo excedente em nenhuma hipótese, salvo para candidato com deficiência, cujo requerimento tenha sido previamente aprovado pela Comissão organizadora ou autoridade competente.

10. Não será permitido ao candidato utilizar nenhum meio de consulta a livros ou apontamentos ou qualquer outro material durante a realização das provas, estando proibido também o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos. Caso o candidato traga consigo algum aparelho eletrônico, este deverá ser entregue aos servidores que acompanham o certame e somente será devolvido no final das provas. O descumprimento de qualquer uma dessas instruções implicará a desclassificação do candidato.

11. O preenchimento da Folha de Resposta da prova discursiva será de inteira responsabilidade do candidato.

11.1 A identificação do candidato na folha de respostas da prova discursiva será efetuada única e exclusivamente pelo número de inscrição, sendo vedada a utilização de qualquer outra forma de identificação, sob pena de desclassificação.

11.2 A Folha de Resposta será o único documento válido para a correção das provas.

12. O presente edital está disponível no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/al/estagio>.

GINO SÉRVIO MALTA LOBO
Coordenador de Estágio da PR/AL



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

ANEXO I

GABARITO DEFINITIVO - PROVA OBJETIVA 05/11/2020

LÍNGUA PORTUGUESA

1- Consideradas as frases abaixo, sob a ótica da norma culta da língua portuguesa, marque a alternativa CORRETA.

- a. O exequente requis a aplicação de multa ao exequido.
- b. Nenhum elemento de informação contido nos autos indicou a participação do investigado em atos delituosos.
- c. Houve ameaças anteriores à tentativa de homicídio.
- d. Na ocasião, os indivíduos discutiram a cerca do valor da propina.

- a) Apenas uma frase está escrita corretamente.
- b) Apenas duas frases estão escritas corretamente.**
- c) Apenas três frases estão escritas corretamente.
- d) Todas as frases estão escritas corretamente.

2 - Marque a alternativa que NÃO CONTÉM ERRO quanto ao emprego da vírgula:

- a) Ciente de suas garantias constitucionais, o réu se manteve silente.**
- b) A questão se mostrava de fácil solução, pois as provas, demonstravam com clareza a dinâmica dos fatos.
- c) O empreendedor deve observar, as normas voltadas à preservação ambiental.
- d) Ao se reportar ao juiz, o autor afirmou, que ele, seu sócio, e seu contador, não sabiam das irregularidades praticadas no procedimento licitatório.

3 - Marque a alternativa que CONTÉM sinônimos:

- a) discriminar – distinguir.
- b) soar – transpirar.
- c) despesa – recusa.
- d) conserto – reparo.**

4 - Marque a alternativa que contém ao menos uma palavra escrita de forma INCORRETA:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

- a) embriaguez; pajé; insidioso; supérfluo; beneficente.
- b) privilégio; companhia; milionário; digladiar; empecilho.
- c) reinvidicar; enxergar; inchado; prezado.**
- d) cansaço; pílula; amnésia; retrógrado; muçulmano.

5 - Marque a alternativa que **CONTÉM ERRO** quanto à colocação pronominal:

- a) Far-se-á averbação em registro público dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- b) Foi o juiz que o condenou em primeira instância.
- c) Se durante a posse provisória se provar a época exata do falecimento do ausente, considerar-se-á, nessa data, aberta a sucessão em favor dos herdeiros, que o eram àquele tempo.
- d) Lhe foram feitos questionamentos sobre o ocorrido.**

6 - Considerando o texto abaixo, marque a alternativa **CORRETA**:

Esclarecimento: MP Eleitoral e MPF em Alagoas não divulgaram lista de candidatos inelegíveis

Telas do Sisconta estão sendo usadas em nome do Ministério Público sem autorização, nem checagem de veracidade

O Ministério Público Eleitoral (MP Eleitoral) esclarece que não divulgou, em Alagoas, nenhuma lista de candidatos inelegíveis e que quaisquer informações que circulem nas redes sociais ou na imprensa neste sentido não correspondem à verdade.

As instituições tomaram conhecimento de que supostas telas do Sisconta Eleitoral estariam sendo usadas para fundamentar matérias jornalísticas e postagens em redes sociais, em nome do MP Eleitoral e do MPF. No entanto, estas informações não foram e não são divulgadas pelos órgãos, especialmente com intuito eleitoral, prejudicando ou beneficiando candidatos.

O Sisconta é um banco de dados que gera relatórios individuais para consulta dos membros e servidores do MP Eleitoral. Não há uma lista de inelegíveis, mas de pessoas que possuem indícios de inelegibilidade. O Sistema é uma das principais ferramentas tecnológicas utilizadas pelo MPF para auxiliar membros das Procuradorias Regionais Eleitorais (PRE) do país.

O objetivo do Sisconta é facilitar o trabalho dos procuradores e promotores eleitorais, apressando os pedidos de impugnação de políticos possivelmente inelegíveis. Os dados são fornecidos por dezenas de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

instituições, entre elas: Justiças Estaduais, Justiça Federal, Tribunal de Contas dos Estados e da União.

O sistema gera uma base de dados de potenciais inelegíveis, nos termos das requisições feitas aos órgãos públicos, com fundamento na Lei das Eleições e na Constituição Federal. Reunindo informações sobre pessoas que, condenadas na segunda instância do Judiciário são consideradas “fichas-sujas”, mas também pessoas com pendências eleitorais ou outras inconsistências, por isso não há uma lista categórica/definitiva.

Cabendo ainda a realização de mais diligências, pois cada caso precisa ser avaliado individualmente, a fim de haver conformidade com eventuais ressalvas contidas na legislação e com o entendimento consolidado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

(Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mp-eleitoral-e-mpf-em-alagoas-nao-divulgaram-lista-de-candidatos-inelegiveis>>. Acesso em: 26 de outubro 2020.)

- a) Muito embora o Sisconta indique apenas pessoas definitivamente consideradas inelegíveis, o uso das informações ali existentes depende de prévia autorização do Ministério Público Eleitoral ou do Ministério Público Federal.
- b) O entendimento consolidado do Tribunal Superior Eleitoral é o de que a divulgação do nome de candidatos inelegíveis pelo Ministério Público Eleitoral deve vir acompanhada de informações sobre eventuais pendências de diligências.
- c) Matérias jornalísticas e postagens em redes sociais estariam veiculando indevidamente informações do Sisconta Eleitoral, com uso indevido do nome do MP Eleitoral e do MPF.**
- d) O Sisconta tem como fonte exclusiva os dados fornecidos pela Justiça Federal e objetiva auxiliar o membro do ministério público a promover impugnações de candidaturas.

DIREITO PENAL

1 - Sobre a Lei de Crimes Ambientais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei nº 9.099/1995, somente



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

b) A comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental é circunstância que atenua a pena.

c) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

d) Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará a situação econômica do infrator, no caso de multa.

2 - Marque a opção CORRETA a respeito dos elementos do crime:

a) O princípio da insignificância preconiza que uma lesão irrelevante ao bem jurídico tutelado pela norma penal faz com que uma conduta formalmente típica não seja considerada crime, em razão do afastamento da antijuridicidade.

b) A coação moral irresistível torna atípica a conduta do agente delitivo.

c) O estrito cumprimento de dever legal é causa de exclusão da culpabilidade.

d) O princípio da insignificância é causa de exclusão da tipicidade, pois, ao incidir no caso concreto, retira da conduta o viés material da tipicidade.

3 - Adão e Eva foram casados por 20 anos até o falecimento de Eva, ocorrido em 2010. A partir daí, Adão passou a receber pensão pela morte da esposa, verba com a qual auxiliava o pagamento das despesas pessoais de Caim, filho maior e capaz do casal. Ocorre que, em fevereiro de 2018, Adão foi vítima de um acidente e também veio a falecer. A fim de não perder a mesada recebida, Caim induziu o INSS em erro ao omitir a notícia da morte de Adão, continuando a receber a pensão que era depositada na conta de seu pai. Em janeiro de 2020, entretanto, o pagamento da verba foi suspenso pela autarquia previdenciária federal em razão de Adão não ter atendido a uma convocação de comparecimento pessoal para provar que ainda estava vivo. A partir da ausência de Adão, foi instaurado um processo administrativo que revelou que era Caim quem estava sacando o benefício previdenciária nos últimos 22 meses.

Sobre o caso, assinale a alternativa CORRETA:

a) Caim praticou o crime de estelionato previdenciário, o qual só poderá ser alvo de ação penal se houver representação do ofendido.

b) Caim praticou o crime de estelionato, cuja pena deve ser aumentada de 1/3 por ter vitimado uma entidade de direito público (art. 171, §3º do CP).

c) Caim não praticou qualquer conduta ilícita, pois não requereu o pagamento da pensão por morte instituída por sua mãe, mas apenas utilizou o dinheiro disponível na conta bancária de seu falecido pai.

d) Caim praticou o crime de apropriação indébita.

4 - Aponte a assertiva INCORRETA sobre causas de extinção da punibilidade:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

- a) Nos crimes de ação penal privada, o perdão do ofendido só extingue a punibilidade se aceito pelo pretense ofensor.
- b) A lei que deixa de considerar um fato como criminoso deve retroagir para fins de extinguir a punibilidade do agente.
- c) A morte extingue a punibilidade do agente delitivo.
- d) O perdão judicial, cabível nos casos previstos em lei, é ato bilateral e, conseqüentemente, precisa da aceitação do acusado para acarretar a extinção da punibilidade.**

5 - Assinale a assertiva INCORRETA acerca dos princípios do Direito Penal:

- a) O reduzido valor patrimonial do objeto material de um delito, por si só, atrai a incidência do princípio da insignificância, o qual age como causa excludente de ilicitude.**
- b) O princípio da reserva legal preceitua a exclusividade da lei para a criação de delitos e de penas.
- c) De acordo com o princípio da ofensividade ou da lesividade, não há que se falar em infração penal quando a conduta não tiver oferecido ao menos perigo de lesão ao bem jurídico.
- d) O princípio da adequação social afasta a pecha de criminoso ao comportamento humano que, embora tipificado em lei, não afronta o sentimento social de Justiça, sendo, por isso, aceito pela sociedade.

6 - Acácia Flores é funcionária é gerente da Caixa Econômica Federal e, como tal, possui a chave da agência e a senha do cofre principal. Endividada e ameaçada por agiota com o qual tinha contraído empréstimo, resolve retirar dinheiro da agência onde trabalha. Para tal, no dia 15 de fevereiro de 2017, foi a última a sair do banco e desligou as câmeras de segurança. Na madrugada do dia 16 de fevereiro de 2017, Acácia dirigiu-se ao estabelecimento em companhia de Kevin Guimê, seu namorado que trabalha como motorista de táxi, e entrou no banco para subtrair a quantia, deixando Kevin vigiando a entrada do banco para garantir que ninguém a veria no local. Com essa estratégia, Acácia conseguiu os R\$ 50.000,00 de que necessitava para pagar o agiota.

Marque a assertiva que indica o crime praticado por Acácia e por Kevin:

- a) Acácia praticou o crime de peculato e Kevin não praticou delito algum
- b) Acácia e Kevin praticaram o crime de peculato**
- c) Acácia praticou o crime de peculato e Kevin cometeu o delito de furto qualificado
- d) Acácia praticou o crime de furto qualificado e Kevin cometeu o delito de peculato



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 – (ANULADA) São princípios constitucionais processuais penais explícitos:

- a) não culpabilidade, duração razoável do processo e não autoacusação;
- b) *favor rei*, duplo grau de jurisdição e impulso oficial;
- c) contraditório, intervenção mínima e identidade física do juiz;
- d) intranscendência das penas, motivação das decisões e insignificância

2 - Sobre a disciplina do procedimento comum ordinário, assinale a alternativa correta:

- a) não há possibilidade de absolvição sumária, exceto no caso de inimputabilidade manifesta invocada como única tese defensiva;
- b) o princípio da identidade física do juiz se aplica ao processo penal em razão de aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, conforme autoriza o art. 3º do Código de Processo Penal;
- c) a ausência de pressuposto processual ou condição para exercício da ação penal é uma das hipóteses expressamente previstas no Código de Processo Penal para a rejeição da denúncia;**
- d) as provas serão produzidas em uma só audiência, não podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias;

3 - Sobre a competência da justiça federal em matéria processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a Justiça Federal é competente para processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento dos bens, serviços e interesses das empresas públicas federais;
- b) a Justiça Federal é competente para processar e julgar os crimes e as contravenções penais praticadas em detrimento dos bens, serviços e interesses da União e suas entidades autárquicas;**
- c) a Justiça Federal é competente para processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho;
- d) a Justiça Federal é competente para processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

4 - Sobre a disciplina das provas ilícitas no Código de Processo Penal, julgue os itens abaixo:

- I. Provas obtidas em violação a normas constitucionais são consideradas ilícitas, devendo, portanto, ser desentranhadas do processo;
- II. Não são consideradas inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, mesmo quando evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras;
- III. O juiz que conhecer do conteúdo de prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão
- IV. Provas obtidas em violação a normas legais são consideradas ilícitas, devendo, portanto, ser desentranhadas do processo;

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) apenas os itens I, III e IV são corretos;**
- c) apenas os itens I e IV são corretos;
- d) apenas o item III é correto;

5 - Sobre a disciplina da prisão no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) a legislação processual penal estabelece apenas duas hipóteses de caracterização do flagrante delito, quais sejam, quando o sujeito é abordado cometendo a infração penal ou quando acabou de cometê-la;
- b) a garantia da ordem social é uma das hipóteses de decretação da prisão preventiva;
- c) conforme estabelecido expressamente no Código de Processo Penal, a prisão temporária é cabível, entre outros delitos, no caso de homicídio doloso;
- d) a decretação da prisão preventiva é admitida quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser imediatamente colocado em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida;**

6 - São requisitos para a celebração do acordo de não persecução penal, EXCETO:

- a) a não caracterização de hipótese de arquivamento da investigação pré-processual;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

- b) a confissão formal e circunstanciada do investigado de que praticou a infração penal em questão;
- c) a reparação do dano ou restituição da coisa à vítima em qualquer hipótese, excetuados apenas os crimes que não produzem dano economicamente mensurável;**
- d) a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos;

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 - Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Imperatividade significa que os atos administrativos são cogentes, obrigando a todos que se encontrem no seu âmbito de incidência;
- b) Os atos administrativos gozam de presunção absoluta de legitimidade;**
- c) a autoexecutoriedade diz respeito à aptidão do ato administrativo de ser executado, logo após ser praticado, sem necessitar, de regra, de intervenção do judiciário;
- d) Para que ocorra delegação de competência, é necessária a existência de norma autorizadora;

2 – (ANULADA) Assinale a alternativa ERRADA:

- a) A prática de ato de improbidade administrativa configura crime e sua sanção possui natureza penal;
- b) Há três categorias de atos de improbidade administrativa: os que configuram enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública;
- c) A sentença, na ação de improbidade, tem que ser expressa quanto à aplicação da sanção de suspensão de direitos políticos, não constituindo, portanto, seu efeito imediato;
- d) O ministério público, caso não seja autor da ação de improbidade, atuará como *custos legis*;

3 - Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Poder discricionário é a aptidão do agente público de escolher, dentre as alternativas possíveis, aquela que atende à conveniência e oportunidade do interesse público, não sendo passível, portanto, de controle judicial, nem mesmo quanto aos seus elementos vinculados;**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

- b) poder regulamentar é a aptidão de editar atos normativos que visam a complementar às leis com vistas a disciplinar a sua aplicação;
- c) compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do poder executivo que exorbitem de seu poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;
- d) São formas de abuso de poder o excesso de poder e o desvio de poder;

4 - Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Atos administrativos com vícios de ilegalidade podem ser anulados pela própria administração ou pelo poder judiciário;
- b) Autotutela é a faculdade que o administrador tem de, caso julgue conveniente e oportuno, anular os atos administrativos eivados de ilegalidade;**
- c) Quando da anulação de atos administrativos eivados de ilegalidade que afetem interesses individuais, é necessário se observar o princípio do contraditório;
- d) Convalidação é o processo de aproveitamento de atos eivados de vícios sanáveis, sendo a ratificação uma de suas formas;

5 - Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Agente de fato são aqueles que, não obstante a ausência de regular investidura, executam função pública;
- b) Os servidores possuem direito adquirido ao seu regime jurídico;**
- c) Litígios entre os servidores e a administração pública, relacionados ao vínculo funcional, são dirimidos pela justiça comum e não pela justiça do trabalho;
- d) Cargos efetivos se revestem de caráter de permanência, diferente dos cargos em comissão;

6 - Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Nomeação é o ato que enseja o provimento originário do cargo público;
- b) Reingresso pode ocorrer por reintegração, aproveitamento ou reversão;
- c) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, não se admitindo que o membro do ministério público exerça outra função pública, salvo se na área de saúde ou de educação;**
- d) Em determinados casos, a vitaliciedade pode ocorrer no momento da investidura no cargo, ainda que sem decurso de prazo temporal;

DIREITO CIVIL

1 - Sobre as pessoas jurídicas, é INCORRETO afirmar:

- a) São apresentadas por seus órgãos de administração;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

- b) Enquanto não registradas, serão meras sociedades de fato;
- c) O Código Civil adotou a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica;
- d) De acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes, a desconsideração inversa da personalidade jurídica não é cabível no sistema jurídico brasileiro.**

2 - Assinale a assertiva CORRETA sobre as acessões e benfeitorias:

- a) As benfeitorias podem ser naturais ou decorrentes de uma ação humana;
- b) O álveo abandonado não é forma de acessão;
- c) Todas as obras feitas em uma coisa são benfeitorias;
- d) As acessões são modos de aquisição da propriedade.**

3 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os negócios jurídicos plurilaterais são constituídos por manifestações de vontade convergentes, enquanto os negócios jurídicos bilaterais decorrem de manifestações de vontade divergentes ou antagônicas;
- b) O chamado *ato-fato jurídico* é essencialmente um ato humano, mas a norma jurídica abstrai desse ato qualquer elemento volitivo como relevante;
- c) A configuração da lesão não prescinde do dolo de aproveitamento;**
- d) O dolo incidente não vicia o negócio jurídico, só obrigando à satisfação de perdas e danos;

4 - No que concerne à relações de consumo, é CORRETO afirmar:

- a) Restará configurado o conceito de *fornecedor* mesmo que o comerciante haja fora de sua atividade-fim;
- b) As regras da legislação consumerista não se aplicam à prestação de um serviço público concedido, uma vez que o referido diploma alcança apenas as relações de âmbito privado;
- c) O Código de Defesa do Consumidor dirige-se aos participantes da relação de consumo, razão por que não se admite a sua extensão à figura do *bystander*, contemplada nas legislações de outros países;
- d) A jurisprudência dominante tem entendido que mesmo uma pessoa jurídica empresária, ao adquirir um produto ou serviço, pode se apresentar em situação de vulnerabilidade em face de seu fornecedor, atraindo a incidência do Código de Defesa do Consumidor, ainda que não seja, tecnicamente, a destinatária final do produto ou serviço.**

5 - Quanto às cláusulas abusivas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O rol de cláusulas abusivas estabelecido no art. 51 do CDC é exaustivo;
- b) O CDC autoriza a invalidação de cláusulas abusivas desde haja má-fé do fornecedor;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

c) A abusividade ou a desproporcionalidade de uma cláusula num contrato de consumo resulta sempre em sua invalidação, não sendo lícito ao juiz modificar o conteúdo das disposições contratuais;

d) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida o contrato quando, apesar dos esforços de integração, a sua ausência termina por acarretar ônus excessivo para qualquer das partes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 - Sobre competência, organização judiciária, conexão e continência assinale a alternativa INCORRETA.

a) A incompetência será alegada como questão preliminar de contestação, sendo que a competência relativa será prorrogada se não for alegada tempestivamente, ao passo que a incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

b) Compete à justiça federal processar e julgar ação de improbidade administrativa movida por município em desfavor de ex-prefeito em razão de desvios de verbas públicas federais transferidas ao município por convênio, hipótese na qual o Ministério Público Federal atuará na condição de custos legis.

c) Duas ou mais ações são conexas quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, razão pela qual os processos serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

d) A lei pode autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte o INSS e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal, hipótese na qual o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

2 - Sobre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e sua tutela jurisdicional assinale a alternativa CORRETA.

a) Direitos difusos são os direitos transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

b) A ação civil pública deve ser proposta no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local, no foro da capital do Estado ou no do Distrito Federal, quando os danos forem de âmbito nacional ou regional, cujo juízo terá competência funcional e, portanto, absoluta, para processar e julgar a causa.

c) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, apenas o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa sem que possa, ao final, pedir a improcedência da ação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

d) As ações coletivas envolvendo direitos difusos e coletivos não induzem litispendência para as ações individuais e os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes sempre beneficiarão o autor da ação individual, mesmo se não for requerida sua suspensão.

3 - Sobre a petição inicial e a resposta do réu assinale a alternativa CORRETA:

a) A petição inicial indicará os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu, sendo que a falta de algum desses itens acarretará, sempre, o indeferimento da petição inicial.

b) A petição inicial é considerada inepta quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

c) Na contestação o réu deve manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, sendo vedado ao réu, após a contestação, deduzir novas alegações.

d) O réu que não contestar a ação será considerado revel, hipótese na qual os prazos contra o revel sempre fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

4 - Sobre capacidade processual, litisconsórcio, intervenção de terceiros, denunciação à lide, chamamento ao processo, nomeação à autoria, oposição e assistência assinale a alternativa INCORRETA:

a) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo, mas o incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.

b) Há litisconsórcio quando duas ou mais pessoas litigam no mesmo processo em conjunto, ativa ou passivamente, sendo permitido quando entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.

c) A denunciação da lide pode ser promovida por qualquer das partes àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar em ação regressiva o prejuízo de quem for vencido no processo, mas o direito regressivo não pode ser exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide não for permitida.

d) O assistente simples atua como auxiliar da parte principal, exerce os mesmos poderes e sujeita-se aos mesmos ônus processuais que o assistido, cuja revelia ou omissão implicará na consideração do assistente como seu substituto processual.

5 - Sobre o ônus da prova, a citação e a atuação do Ministério Público no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Não sendo o caso de extinção antecipada do processo, com ou sem julgamento do mérito, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo, definir a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

distribuição do ônus da prova, segundo o qual, em regra, compete ao autor provar o fato constitutivo de seu direito, ao passo que ao réu compete provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

b) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

c) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos de induzir litispendência, tornar litigiosa a coisa e constituir em mora o devedor, ressalvada a mora da obrigação positiva e líquida em seu termo e a mora da obrigação proveniente de atos ilícitos, depois que for validamente citado.

d) O Ministério Público tem direito à intimação pessoal, que ocorre por carga, remessa ou meio eletrônico, e será intimado para, no prazo de 30 dias, intervir como custos legis nas hipóteses previstas em lei e nos processos que envolvam interesse público, que resta presente com a participação de ente público na relação processual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre a disciplina do Ministério Público na Constituição Federal, considere os itens abaixo:

I. O Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público Militar são ramos do Ministério Público da União

II. É expressamente vedada a participação de membros do Ministério Público em sociedade comercial, na forma da lei

III. Uma das incumbências expressamente estabelecidas pelo Constituição ao Ministério Público é a defesa do regime democrático

IV. O Conselho Nacional do Ministério Público será sempre presidido pelo Procurador-Geral da República

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

a) todas as alternativas estão corretas;

b) apenas os itens I, III e IV são corretos;

c) apenas os itens I e IV são corretos;

d) apenas o item III é correto;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

2. O poder de alterar o texto constitucional dentro dos limites previamente estabelecidos na própria Constituição, através das chamadas emendas constitucionais, é denominado pela maior parte da doutrina como:

- a) poder constituinte derivado originário
- b) poder constituinte derivado decorrente;
- c) poder constituinte derivado reformador;**
- d) poder constituinte derivado limitado.

3. Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens abaixo:

- I. O federalismo brasileiro é de dois níveis, compreendendo a União e os Estados-membros;
- II. O município de Brasília é a Capital Federal expressamente estabelecida na Constituição Federal;
- III. A criação de municípios é feita mediante lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e depende de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- IV. A Constituição Federal de 1988 aboliu a possibilidade de criação de territórios federais, entes outrora existentes sob a égide da Constituição anterior;

Agora, assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) apenas os itens I, III e IV são corretos;
- c) apenas os itens I e IV são corretos;
- d) apenas o item III é correto;**

4. Em regra, haverá exercício de controle de constitucionalidade difuso por parte do Supremo Tribunal Federal quando o órgão julgar:

- a) a arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- b) a ação direta de constitucionalidade interventiva;
- c) a ação declaratória de constitucionalidade;
- d) o recurso extraordinário em matéria cível ou criminal;**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

5. Sobre a disciplina dos direitos de nacionalidade e dos direitos políticos na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o cargo de oficial das Forças Armadas é privativo de brasileiro nato;
- b) a língua portuguesa é a única expressamente reconhecida como idioma oficial da República Federativa do Brasil;
- c) o alistamento eleitoral é facultativo para os analfabetos, para os maiores de setenta e cinco anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;**
- d) a idade mínima para exercício do cargo de vereador é de dezoito anos;

6. Sobre a disciplina constitucional dos índios, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) as terras indígenas são bens integrantes do patrimônio da União, destinando-se à posse permanente dos índios e cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nela existentes;
- b) a defesa judicial dos direitos e dos interesses da população indígena é uma das funções institucionais do Ministério Público, sendo vedado aos índios, suas comunidades e organizações o ingresso em juízo na defesa de seus direitos e interesses;**
- c) as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas, imprescritíveis;
- d) a Constituição Federal assegura expressamente aos indígenas, entre outros direitos, o reconhecimento de sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e tradições;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

ANEXO II

CLASSIFICADOS PARA A PROVA SUBJETIVA

PRM-ARAPIRACA

ARTHUR BARBOSA FERREIRA
JERLANN CLEYTON SIMÕES DA SILVA
ANA LETÍCIA LOPES CABRAL
ARYELLE DOS SANTOS LIMA
DANIEL SALGUEIRO DA SILVA
DAYRLA BARBOSA DA SILVA
FERNANDA KARLLA BARBOSA LIMA
INARA EMMILE CARVALHO BATISTA
ISABELA ERCÍLIA SILVA SITTA
ÍTALO MATHEUS DE OLIVEIRA SENA
ITAMARA BARBOSA TAVARES
JEYFESSON DE ALMEIDA SILVA
JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
KARLLEANE MARIA FERREIRA DA SILVA
LAISE MOISES SANTOS FERREIRA
MATHEUS ENRIQUE FARIAS DA SILVA
NICHOLAS URSULINO DA SILVA
PEDRO VICTOR FERREIRA DIAS
SORAIA FERREIRA DA SILVA
VITÓRIA CAROLAYNNE BARBOSA SILVA SANTOS

PR/AL

ALICE MARIA TERTULIANO DOS SANTOS
ALINE VIANA DIAS
ALINNE ARAUJO DOS SANTOS
AMANDA MARIA OLIVEIRA SANTOS
ANA LÍVIA MADEIRO CAMPOS CABRAL
ANNA LUISA ALMEIDA SANTANA PLECH



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

BARBARA NOGUEIRA CALHEIROS CAVALCANTE
BEATRIZ RODRIGUES CALHEIROS
BRUNA KAROLAYNE HENRIQUE DOS SANTOS
CAROLYNE THAINÁ DE HOLANDA CAVALCANTE
CÁSSIO DE ARAÚJO SILVA FILHO
CÉSAR FERNANDES DE MATOS
CINTHIA PAULA SANTIAGO MELLO
DAVI SANTOS VASCONCELOS
DÉBORA MUNIZ GUERRA
DENILSON JOSÉ DOS SANTOS SILVA
DERIVALDO FELIX DA SILVA JUNIOR
EDUARDO HENRIQUE PAFFER PADILHA
EMANUEL COSTA ALMEIDA SILVA
FÁBIO VASCONCELOS DE VERÇOSA JUNIOR
FELIPE BEZERRA TEODORO
FELIPE RAPOSO BRANDÃO
GABRIEL COSTA DE ASSIS GOIS
GABRIELA DALMEIDA MASCARENHAS DE CARVALHO
GABRIELLA DINIZ VELOSO
HUGO DE MIRANDA TAGLIALEGNA
INGRID LARISSA GOMES OLIVEIRA DE GOUVEIA
ISADORA RODRIGUES CARVALHO
ISAIAS NUNES DE ALBUQUERQUE
JOÃO MORENO DE SOUZA NETO
JOSÉ CLEDSON PACIÊNCIA TELES
JOSIANO GOMES FIGUEIREDO
KATHLEEN ALCANTARA OLIVEIRA
LAVÍNIA CECÍLIA SANTOS DA SILVA
LAYSE MARQUES NUNES
LEONARDO CAVALCANTE EPIFANIO
LETICIA DE OLIVEIRA BRITO
LETICIA SOARES ACIOLI LOPES
LISANDRA ALBUQUERQUE CALIXTO DOS SANTOS
LUCAS BERNARDES VIEIRA
LUCAS CARVALHO DE ALMEIDA VANDERLEY
LUIZ JOVELINO RAMALHO FILHO
MARCOS PAULO PAIVA TORRES DE CASTRO
MARIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA
MARIA EDUARDA MAIA PEDROSA
MARIA JULIA PEDROSA CORREIA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

MARIA LUÍSA DE MELO BARROCA
MARIA MAYRA LEITE COSTA
MARIA VERÔNICA FERREIRA LIMA
MARIANA ZANONI TORRES
MARILIA CALHEIROS WANDERLEY DE OLIVEIRA
MARINA PINHEIRO SANTOS CANSANÇÃO
MATHEUS BARRETO LINS
MATHEUS CELERINO DE OLIVEIRA
MYLLENA CARDOSO COSTA
NARCISO JOSÉ BOTELHO DA FONSECA
OLLIVER MAGNO SANTOS
PATRÍCIA FERREIRA DE MELO
PEDRO FILIPE DE FARIAS GONZAGA
RAMON DE OLIVEIRA LIMA
RANIER JAPSON PEREIRA DE ALMEIDA
SAN'MYLLE FURTUNATO DE OLIVEIRA
SUÉLLEN DA SILVA SOUZA
TALYNE LEITE PEREIRA
THAYS FERREIRA DO NASCIMENTO
TIAGO PARANHOS COSTA DA FONSECA
VIDA TORRES DE OLIVEIRA CERQUEIRA